

Mestrado Profissional: reflexão e ação na Educação Básica

Luciana Maria de Jesus Baptista Gomes*

Rosana da Silva Berg**

Resumo

O trabalho propõe uma reflexão sobre o Mestrado Profissional e sua repercussão positiva na Educação Básica. Faz um breve histórico do surgimento dessa modalidade no Brasil e discute ainda a importância de torná-la uma política de Estado para garantir seu desenvolvimento em todo o país e aperfeiçoar profissionais das mais variadas áreas. A abordagem parte dos conceitos dessa modalidade de pós-graduação e daquilo que ela pode produzir na sociedade contemporânea. As considerações finais sugerem que os produtos educativos gerados nos cursos de MP sejam compartilhados com outros educadores, que, utilizando esses produtos, poderão investir pedagógica e tecnologicamente em sua prática diária.

Palavras-chave: mestrado profissional, Educação Básica, produtos educativos.

Professional Master: reflection and action in Basic Education

Abstract

This article proposes a reflection about the Professional Master and its positive effects in Basic Education. It presents a brief historic description of how the Professional Master emerged in Brazil and also discusses the importance of making it a State policy in order to guarantee its development all over the country and to improve professionals belonging to different areas. [...] The final considerations suggest that the educative products generated in the courses of Professional Master should be shared with other educators, because the use of these products may aggregate pedagogical and technological practices in their everyday activities.

Key words: professional master' degree, Basic Education, educative products.

* Professora de Biologia da rede pública estadual do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ); mestra em Ensino de Ciências (IFRJ, câmpus Nilópolis). E-mail: lucianajbg@yahoo.com.br.

** Professora de Língua Portuguesa da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Mestranda em Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). E-mail: rosanadasilvaberg@gmail.com

Introdução

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – fundação do Ministério da Educação (MEC) que, entre outros objetivos, tem em vista “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país” (BRASIL, 1951) – passou a discutir sobre a criação dos Mestrados Profissionais na década de 1990. O projeto foi oficializado pela Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998 (BRASIL, 1998).

Conforme a Portaria supracitada, o Mestrado Profissional é aquele que atende, como condição, à articulação entre o ensino e a aplicação profissional (artigo 2º). Como esclarece em entrevista o professor Jorge Almeida Guimarães, atual presidente da Capes, o Mestrado Profissional é diferente do Mestrado Acadêmico, pois está voltado para “a resolução de problemas, o que significa fazer um levantamento de literatura e acompanhar o que está acontecendo no mundo” (O GLOBO, 2009).

De acordo com o Parecer CNE/CES 0079/2002,

“Mestrado Profissional” é a designação do Mestrado que enfatiza estudos e técnicas diretamente voltadas ao desempenho de um alto nível de qualificação profissional. Esta ênfase é a única diferença em relação ao acadêmico. Confere, pois, idênticos grau e prerrogativas, inclusive para o exercício da docência, e, como todo programa de pós-graduação *stricto sensu*, tem a validade nacional do diploma condicionada ao reconhecimento prévio do curso. (BRASIL, 2002, p. 1).

Na mesma entrevista mencionada, Jorge Almeida Guimarães informa que um dos objetivos do Ministério da Educação quanto ao Mestrado Profissional, segundo Fernando Haddad, ministro desta pasta na época, é transformá-lo em política de Estado.

Diferente de uma política de governo, uma política de Estado envolve “mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, [o que resulta] em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade” (OLIVEIRA, 2011, p. 329). Portanto, a política de

Estado requer uma equipe de funcionários especializados, com dedicação profissional ao estudo, tendo em vista sua função de acompanhar e formular as grandes orientações das políticas vinculadas à sua respectiva área. Mesmo com a mudança de governo, a política de Estado para uma determinada área, como a Educação, por exemplo, não é abandonada.

A própria gênese do Mestrado Profissional pressupõe a participação de setores diferentes, pois, tratando-se de uma política de Estado, o governo e os diversos setores da sociedade atuam de forma conjunta para a elaboração das normas que a compõem. Sua construção, por conseguinte, torna-se coletiva e social: coletiva porque envolve uma equipe de pessoas trabalhando em prol de um ou vários objetivos, e social porque inclui diferentes visões de mundo, com seus respectivos objetivos e interesses. Como afirma Magalhães (2004, p. 236), trata-se de “indivíduos interagindo com outros indivíduos. Quando interagem, tornam-se acessíveis uns aos outros através da objetivação de suas subjetividades”. A política de Estado do Mestrado Profissional é caracterizada exatamente por essa diversidade de olhares das inúmeras vertentes que formam a equipe de trabalho e elaboram conjuntamente sua prática.

Atualmente, o Mestrado Profissional está presente em 46 Áreas de Avaliação das 49 presentes na Capes (RELAÇÃO DE CURSOS..., 2010), o que representa 94% do total de Áreas. Dos 581 Mestrados Profissionais oferecidos, 93 pertencem ou à área de Educação ou à área de Ensino, perfazendo 16% do total oferecido, ou seja, a maioria deles está diretamente relacionada à solução de problemas da Educação e do processo de ensino-aprendizagem (Gráficos 1 e 2).

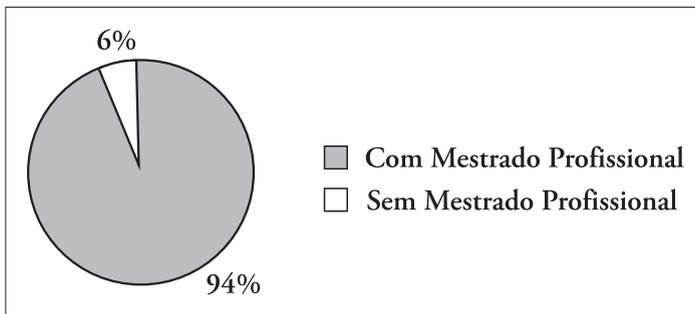


Gráfico 1 - Áreas de Avaliação (Capes)

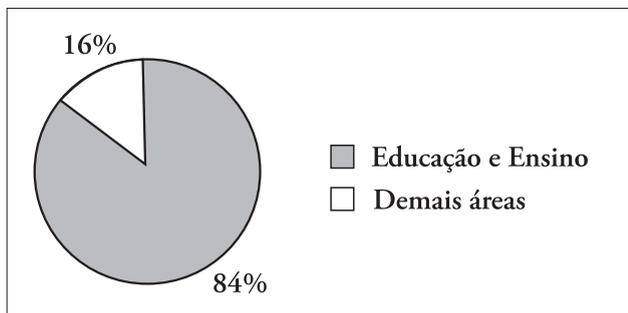


Gráfico 2 - Oferta de Mestrado Profissional (Capes)

O caráter social do Mestrado Profissional em decorrência da reflexão e ação na educação básica

O estabelecimento dos cursos de Mestrado Profissional no país, como já pontuado, prioriza estudos e técnicas voltadas à consecução de um alto nível de qualificação profissional e tem a mesma equivalência de titulação que o Mestrado Acadêmico, conforme descrito no Parecer CNE/CES 0079/2002 (BRASIL, 2002, p. 1).

No Mestrado Profissional em Ensino, a pesquisa está vinculada diretamente à sua aplicabilidade, ocorrendo uma articulação entre a universidade e a realidade social (NEGRET, 2008, p. 222). Isso possibilita a aplicação do conhecimento pesquisado em situações reais, de modo a extrapolar o patamar da discussão teórica e promover a pesquisa e sua necessária aplicação na escola.

Desta forma, o Mestrado Profissional em Educação ou em Ensino privilegia as relações sociais a partir do momento em que convida o pesquisador a este olhar investigativo para o outro, visando não apenas às discussões teóricas, mas também à solução de problemas na Educação Básica. Afinal, a teoria também é importante, mas pode provocar certo distanciamento entre a pesquisa realizada nas universidades e a realidade da escola.

Esse modelo de pós-graduação permite também a discussão interdisciplinar, tão necessária em nossa sociedade contemporânea, evitando que o pesquisador fique isolado a cuidar apenas de um objeto disciplinar particular.

Na atividade interdisciplinar, o subjetivo se torna intersubjetivo e objetivo simultaneamente. Há uma permanente permuta de subjetividades e múltiplos olhares deliberados na construção de objetividades. (FLORIANI, 2000, p. 1010).

Partindo do pressuposto de que os mestrandos do Mestrado Profissional em Ensino ou em Educação são profissionais que atuam no Ensino ou estão, de alguma maneira, relacionados com a realidade de uma escola, o curso oportuniza, desta forma, sua reflexão sobre o campo em que atuam. Consequentemente eles poderão investigá-lo e propor soluções plausíveis que serão avaliadas por uma banca de professores tão competentes quanto os do Mestrado Acadêmico.

Essa retomada da relação pesquisa-escola colabora para que o professor-mestrando tenha maior consciência da necessidade de avaliar sua própria práxis pedagógica. Extrapola-se aqui o pensamento de Freire (1978, p. 65), segundo o qual “a prática de pensar a prática é a melhor maneira de pensar certo” e de alcançar a relação teoria e prática, instâncias que, imbricadas, constituem o fazer pedagógico.

Nesta linha de raciocínio, Vasquez (1997, p. 208) afirma que

a atividade filosófica, como tal, não é *práxis*. E não o é, tampouco, a filosofia da *práxis* ou teoria da atividade prática do homem em suas relações com a natureza e com outros homens. [...] *a práxis se nos apresenta como uma atividade material, transformadora e ajustada a objetivos*. Fora dela, fica a atividade teórica que não se materializa [...] e a atividade puramente material, isto é, sem a produção de finalidades e conhecimentos que caracteriza a atividade teórica. (Grifo nosso).

A discussão durante a investigação acerca do arcabouço teórico e da elaboração do produto educativo para a aplicabilidade em sala de aula da Educação Básica possibilita a prática dialógica entre professor e alunos e entre os próprios alunos. Ocorre também a demonstração do produto educativo aos docentes da Educação Básica, que realizam uma avaliação entre os pares, interagindo, dialogando e emitindo opiniões sobre a aplicabilidade desse produto no cotidiano escolar (GARBETT, 2011).

Essa avaliação da práxis é uma das formas de se conhecer e reconhecer o mundo, o que exige uma reformulação do pensamento e, por conseguinte, uma contextualização do conhecimento. Assim um processo de investigação científica que vise à Educação Básica favorecerá a articulação do conhecimento e do pensamento.

Os produtos educativos elaborados permitem uma ação direta sobre a Educação Básica, com o professor investigando sua prática pedagógica. As pesquisas do Mestrado Profissional são realmente utilizadas nas salas de aula do Ensino Básico, o que muitas vezes não acontece com os estudos realizados no Mestrado Acadêmico. É a apropriação do papel de pesquisador pelo professor da Educação Básica, que deixa de ser um mero replicador do conhecimento (DEMO, 2010) e passa a agir com intencionalidade em sala de aula. Como explicita Saviani (2007, p. 60), quando o professor assume este papel, ele está agindo “em função de objetivos previamente definidos” para oferecer ao aluno a oportunidade de aprendizagem efetiva do assunto estudado.

O aluno brasileiro do Ensino Básico ainda está muito distante das teorias estudadas na academia (CUNHA; CARDÔZO, 2011). Esta realidade de nossa educação faz com que as pesquisas do Mestrado Acadêmico, muitas vezes, fiquem nas prateleiras das universidades, sem poder ser aplicadas aos estudantes deste nível educacional, de forma a ampliar seu conhecimento e sua prática. Talvez por isso, em alguns assuntos que permeiam a Educação Básica, a produção de investigação teórica e de material educativo aparece ainda majoritariamente voltada para o Ensino Superior (GOMES; MESSEDER, 2013). Este cenário é um tanto diferenciado nos estudos realizados no Mestrado Profissional, que possibilitam a ação sobre a Educação Básica e, conseqüentemente, o repensar e o aperfeiçoamento de técnicas pedagógicas, metodologias e produtos educativos adequados para este nível de ensino.

A educação é compreendida como um direito em si mesmo e como um meio indispensável para o acesso a outros direitos. Conforme consolidado pela CF/1988, art. 205, ela recebe, portanto, maior importância quando está diretamente direcionada ao pleno desenvolvimento do homem e às suas potencialidades. E os produtos do Mestrado Profissional podem contribuir para que esse desenvolvimento aconteça já na Educação Básica.

Brandão (2007, p. 67) salienta que a educação deve ser construída coletivamente e que é ela que prepara a pessoa para o exercício da cidadania. Para definir cidadania, ele emprega um conceito extraído de Demo (2010, p. 70-71), que a compreende como “qualidade social de uma sociedade organizada sob a forma de direitos e deveres majoritariamente reconhecidos”. A cidadania fundamental, observa Demo, viceja no lado dos desiguais. É “aquela que sabe tomar consciência das injustiças, descobre os direitos, vislumbra estratégias de reação e tenta mudar o rumo da história”. Ancorado neste conceito, Brandão defende a necessidade de uma Educação Básica que permita ao estudante participar da construção dos conhecimentos, condição essencial para uma formação cidadã. O Mestrado Profissional como uma política de Estado poderá contribuir, com suas tecnologias e produtos educativos, para o alcance desta formação.

Considerações finais

A atitude de desenvolver o Mestrado Profissional como uma política de Estado garante a continuidade de seu desenvolvimento no país como forma de aperfeiçoar profissionais das mais diversas áreas, independentemente do partido ou direção política que esteja no Poder Executivo.

Olhar para a Educação Básica refletindo sobre o panorama da escola, ainda que seja algo pontual e restrito – já que os produtos educativos e a solução de problemas partem da realidade escolar observada no processo de pesquisa do professor –, permite que a produção de material educativo seja aplicada e avaliada em sala de aula e compartilhada na área acadêmica, por meio de eventos e revistas de divulgação científica.

Uma sugestão a ser registrada é a divulgação dos produtos educativos elaborados neste contexto para que um maior número de professores da Educação Básica tenha acesso a eles em sua prática pedagógica. Para isto, seria viável, por exemplo, a criação de um banco de dados único, num esforço conjunto de todos os Mestrados Profissionais relacionados à Educação e ao Ensino no país. Assim se tornaria menos árdua a pesquisa para os docentes que desejam aperfeiçoar sua prática pedagógica utilizando os produtos educativos já disponíveis e trocando informações com os professores elaboradores destes produtos.

Os resultados das pesquisas desenvolvidas no Mestrado Profissional para a Educação Básica também servem de ponto de partida para novas pesquisas acadêmicas, além de fomentar mais investigações em busca do aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem, beneficiando professores e alunos, estes últimos por meio da apropriação dos conceitos da educação escolar de uma maneira mais significativa e prazerosa.

Referências

BRANDÃO, C. R. *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951*. Institui uma comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-norma-pe.html>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

BRASIL. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998*. Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article/53-servicos/2340-portarias>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

BRASIL. Câmara da Educação Superior. *Parecer CNE/CES 0079/02, de 12 de março de 2002*. Interessado: MEC/Universidade Federal de Pernambuco. Consulta sobre titulação de programa mestrado profissionalizante. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2002/pces079_02.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 38. ed. Brasília, 2013. (Edição Câmara). Texto constitucional de 5 out. 1988.

CUNHA, J. L.; CARDÔZO, L. S. Ensino de História e formação de professores: narrativas de educadores. *Educar em Revista*, Curitiba: Ed. UFPR, n. 42, p. 141-162, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n42/a10n42.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

DEMO, P. *Participação é conquista*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FLORIANI, D. Marcos conceituais para o desenvolvimento da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JÚNIOR, A. et al. (Org.). *Interdisciplinaridade em ciências ambientais*. São Paulo: Signus, 2000. p. 95-108. Disponível em: <[http://www.unievangelica.edu.br/files/images/Interdisciplinaridade%20e%20Ci%C3%AAncias%20Ambientais%20\(3\).pdf](http://www.unievangelica.edu.br/files/images/Interdisciplinaridade%20e%20Ci%C3%AAncias%20Ambientais%20(3).pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2014.

FREIRE, P. A alfabetização de adultos: é ela um que fazer neutro? *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, n. 1, p. 64-71, 1978. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org/xmlui/bitstream/handle/7891/2567/FPF_OPF_03_001.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2013.

GARBETT, D. Developing pedagogical practices to enhance confidence and competence in science teacher education. *The Association for Science Teacher Education*, v. 22, n. 8, p. 729-743, 2011.

GOMES, L. M. J. B; MESSEDER, J. C. A presença das TIC no ensino de Bioquímica: contribuições para uma análise crítica da realidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 9., 2013, Águas de Lindoia. *Anais eletrônicos... Águas de Lindoia*: Abrapec, 2013. Disponível em: <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/ixenpec/arquivos/Livro_WEB.pdf>. Acesso em: 1º jan. 2014.

GUIMARÃES, J. A. Entrevista concedida ao jornal *O Globo*, de 21 de setembro de 2009. Parte da entrevista disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=8967>. Acesso em: 28 mar. 2014.

MAGALHÃES, J. Processos de construção sociais, movimentos autogestionários e consciência crítica. *Org & Demo*, v. 5, n. 2, p. 229-246, 2004. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/413/313>>. Acesso em: 1º abr. 2014.

NEGRET, F. A identidade e a importância dos mestrados profissionais no Brasil e algumas considerações para a sua avaliação. *RBPG*, Brasília, v. 5, n. 10, p. 217-225, 2008.

OLIVEIRA, D. A. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v32n115/v32n115a05.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2014.

RELAÇÃO de cursos recomendados e reconhecidos – Capes, 2010. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarAreaAvaliacao>>. Acesso em: 29 mar. 2014.

SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 17. ed. revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

.....
Recebido em: 28 jun. 2014

Aceito em: 30 jun. de 2014